



O ensino da Gestalt-terapia em cursos de graduação em psicologia^a

*Nilton Júlio de Faria**

* Psicólogo, Doutor em Psicologia Social pela PUC-São Paulo; docente do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP, Brasil.

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, SP, Brasil.

Resumo

Iniciamos o presente artigo com uma discussão acerca do humanismo e da psicologia humanista nos Estados Unidos nas décadas de 1940-1960, quando do *establishment*, cenário fértil para a construção da Gestalt-terapia – o que ocorreu em 1951 – como uma proposta de oposição aos modelos tradicionais de psicoterapia. A Gestalt-terapia concebe o homem como um ser livre que, criativamente, busca soluções para seus problemas e dificuldades. A seguir discorreremos sobre vários encontros das agências formadoras em psicologia no Brasil desde a Carta de Serra Negra (CFP, 1992) até a aprovação das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em psicologia (Res.CNE/CES nº 8/2004), que possibilitaram a introdução de outras abordagens teóricas ao defenderem a diversidade epistemológica na formação do profissional de psicologia. Descrevemos uma experiência de inserção do ensino de Gestalt-terapia em curso de graduação como disciplina teórica e estágio supervisionado na rede de atenção primária à saúde. Concluímos que o ensino de Gestalt-terapia não deve restringir-se à psicoterapia tradicional, por revelar-se como um instrumental teórico-metodológico consonante com as concepções de saúde contemporâneas e com as políticas

^a Texto originalmente apresentado no XIII Encontro Nacional de Gestalt-Terapia e X Congresso Brasileiro da Abordagem Gestáltica, realizado na cidade de São Pedro-SP, em setembro de 2011.

de saúde nacionais, ao possibilitar ações, dentre outras, em clínica ampliada e matriciamento.

Palavras chave: psicoterapia, ensino, terapia Gestalt; teoria gestáltica; Gestalt-terapia e saúde; Gestalt-terapia e formação do psicólogo.

Do movimento humanista às práticas psicológicas

Sob a denominação de Psicologia Humanista ou de Psicologia Fenomenológico-Existencial, várias teorias psicológicas inseriram-se nos currículos acadêmicos dos cursos de Psicologia a partir da década de 1990, colocando-se como um modelo epistemológico. Tal modelo implicou a ruptura de paradigmas hegemônicos, como os da psicanálise e do comportamentalismo. Nosso objetivo neste artigo é o de apresentar algumas reflexões acerca deste processo, destacando a Gestalt-terapia, assim como discorrer sobre uma experiência vivida em uma instituição de ensino do interior do Estado de São Paulo.

Para falar do humanismo, fazemos referência a dois movimentos históricos muito distintos, cada um com complexidade também distinta – sobre os quais não nos cabe discorrer neste artigo –, mas que favorecem a compreensão do que, atualmente, designamos psicologia humanista; o primeiro deles ocorre com o Renascimento e o outro, bem mais recente, após a Segunda Guerra Mundial.

O primeiro ajuda-nos a compreender o sentido etimológico do humanismo, que é a retomada do homem como referência para as produções humanas. Foi um momento em que a cultura europeia buscava a ruptura com a era cristã. Nesse episódio histórico, o homem buscou na Grécia clássica a inspiração para a reconstrução de seus ideários. Daí o nome de Renascimento: o homem nascendo de novo e voltando a se tornar o centro de sua existência; isto implica reconhecer-se como um humano que se faz por si mesmo, que não necessita de forças alheias a ele para justificar-se ou compreender-se.

O humanismo, em seu sentido técnico, remonta às *studia humanitatis*, como o estudo dos valores considerados essencialmente humanos, tais como a história, a poesia, a retórica, a gramática e a filosofia moral, estudos estes desconsiderados pela escolástica, referência considerada única para a produção de conhecimento na época.

Deste processo decorre a noção de sujeito da qual, mais tarde, a psicologia virá a se ocupar; o homem renascentista, ao buscar construir um mundo à sua imagem e semelhança, faz como se fosse Deus, é o “criador”;

porém, depara-se com a sua individualidade e sem as certezas que o mundo da fé lhe garantia, gerando-lhe uma experiência de solidão e abandono.

Desse movimento humanista é que se constituíram as ciências modernas, mesmo as da natureza, pois esta já não era mais explicada pela ação divina; o conhecimento da natureza começou a ser justificado pelo método que serviria como critério de certezas.

O segundo momento é mais contemporâneo e nos oferece uma proximidade histórica bastante significativa. O contexto histórico no qual tem início a psicologia humanista compreende as décadas de 1940 e 1950, o final e o pós-Segunda Guerra Mundial. Os psicólogos humanistas pareciam inconformados com os conhecimentos psicológicos constituídos sobre bases deterministas, sejam os da psicanálise com seus princípios biológicos recalcados, sejam os princípios de condicionamentos do comportamentalismo.

A abordagem humanista, então, ao ser considerada a terceira força em psicologia, principalmente pelas contribuições de Abraham Maslow (1908-1970), com a teoria da autoatualização, e Carl Rogers (1902-1987), com a proposição da terapia centrada no cliente, constitui-se como uma forma de responder aos anseios de uma sociedade que tivera destruído pela guerra todos os seus valores, materiais e morais; a própria noção de subjetividade precisava ser ressignificada.

A Gestalt-terapia

A Gestalt-terapia é inaugurada nesse contexto de constituição da psicologia humanista. O *establishment* existente nos Estados Unidos, nas décadas de 1940 a 1960, que defendia que o... “capitalismo, o cristianismo e a democracia eram superiores a todos os outros sistemas econômicos, religiosos e políticos e que nenhuma pessoa de bom senso podia negar isso”¹, foi o cenário fértil para a publicação, em 1951, do livro *Gestalt-therapy*. A obra, considerada inaugural da Gestalt-terapia, foi assinada por Frederick Perls, Ralph Hefferline e Paul Goodman. Perls foi psicanalista por mais de quinze anos, Hefferline um intelectual e professor universitário, e Goodman, professor universitário considerado um anarquista, por opor-se à ordem estabelecida^{2,3}. Além destes, a Gestalt-terapia contou com outros pensadores, dentre eles Isadore From e Laura Perls.

A Gestalt-terapia é uma proposta diferenciada das psicoterapias vigentes na época, pois não busca adaptar o indivíduo ao meio tampouco eliminar sintomas considerados doentios, em uma clara oposição aos valores defendi-

dos pelo *establishment*. Ela surge com a preocupação de valorizar o humano, focar diretamente o que de positivo tem a pessoa, lidar com seu potencial de vida (saúde, beleza, força, etc.). Não se trata de um subjetivismo cego; pelo contrário, a Gestalt-terapia é defensora da perspectiva de que o indivíduo só se constitui na relação com outros. As limitações postas pelo contexto cultural, por um lado, assim como o direito à liberdade, por outro, devem ser alvo de compreensão para, a partir dela, buscar-se a superação de conflitos por meio de um ajustamento criativo, sem que se fira a dignidade de qualquer parte envolvida. Tal concepção de subjetividade trazida para o processo psicoterapêutico significa que o homem todo é o sujeito deste processo. Não basta lidar com a linguagem ou com os sentimentos e ações do indivíduo: no processo psicoterapêutico busca-se resgatar a totalidade do indivíduo, assim como a totalidade de suas relações sociais e afetivas.

A Gestalt-terapia, por muito tempo, foi desconsiderada pelo meio acadêmico sob as mais diferentes justificativas. Uma delas era a de que sua teoria carecia de cientificidade, talvez pela impetuosidade com que Fritz Perls, um de seus fundadores, colocou-a em prática. Outro argumento comum à época era o de que a Gestalt-terapia era uma prática desenvolvida por alguns alucinados, descontentes com o modelo biomédico de psicoterapia e inábeis para fazer psicologia com os instrumentais criados até a década de 1960. O meio acadêmico, até este período, tinha o ensino e a pesquisa referenciados em dois modelos teóricos aceitáveis como científicos: o comportamentalismo e a psicanálise. Raros eram os cursos que introduziram o modelo chamado de psicologia humanista, muitas vezes por meio da abordagem centrada na pessoa e, ainda assim, como disciplina optativa ou conteúdo de alguma outra disciplina.

Os cursos de graduação em psicologia

A abertura política no Brasil vivida a partir de 1979 e o *boom* universitário assistido nessa década possibilitaram aos cursos de graduação a abertura para o ensino de sistemas teóricos ou ideológicos que haviam sido banidos das salas de aula e dos laboratórios de pesquisa. A década de 1980 foi o cenário no qual a Gestalt-terapia passou a ser ensinada como parte do conteúdo programático de algumas das disciplinas engessadas do Currículo Mínimo de 1962. De conteúdos de disciplinas a componentes curriculares foram, pelo menos, duas décadas de construção, por todo o Brasil, daqueles que se empenharam no ensino, na pesquisa e na difusão da Gestalt-terapia.

Vale a pena registrar os primeiros movimentos da psicologia brasileira para a superação do Currículo Mínimo, dos quais destacamos a Carta de Serra Negra, que reuniu, em 1992, 98 das 103 agências formadoras de psicologia existentes naquele ano. Na ocasião foram construídos alguns princípios que deveriam orientar a formação do psicólogo em todo o território nacional, de forma a dar maior abrangência ao Currículo Mínimo.

Eram os seguintes os princípios: 1) *desenvolver a consciência política de cidadania e o compromisso com a realidade social e a qualidade de vida;* 2) *desenvolver atitude de construção de conhecimento, enfatizando uma postura crítica, investigadora e criativa, fomentando a pesquisa num contexto de ação-reflexão-ação, bem como viabilizando a produção técnico-científica;* 3) *desenvolver o compromisso da ação profissional quotidiana baseada em princípios éticos, estimulando a reflexão permanente destes fundamentos;* 4) *desenvolver o sentido da universidade, contemplando a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;* 5) *desenvolver a formação básica pluralista, fundamentada na discussão epistemológica, visando à consolidação de práticas profissionais, conforme a realidade sociocultural, adequando o currículo pleno de cada agência formadora ao contexto regional;* 6) *desenvolver uma concepção de homem, compreendido em sua integralidade e na dinâmica de suas condições concretas de existência;* 7) *desenvolver práticas de interlocução entre os diversos segmentos acadêmicos, para avaliação permanente do processo de formação.*

A Carta de Serra Negra registrou, pela primeira vez, a intenção de se formarem psicólogos que estivessem comprometidos com a realidade social. Ao mesmo tempo, esse compromisso deveria estar fundamentado em bases epistemológicas consistentes. Destacamos o item 6 destes princípios, do qual depreendemos a proposta de que a psicologia deveria dedicar-se a uma concepção de homem compreendido em sua integralidade e contextualizado na sua realidade social, o que sugere uma ruptura com o modelo médico tradicional e sua visão biologizante de indivíduo.

A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁴ (Brasil, 1996), conhecida também como lei Darci Ribeiro⁵, todos os cursos de graduação viram-se na tarefa de reorganizar sua estrutura de formação profissional. A proposta apontava para uma grande oportunidade de reconstruir a formação do psicólogo em todo o território nacional, substituindo o Currículo Mínimo por diretrizes abrangentes.

Em 2001, a partir de uma proposta apresentada pelo Fórum de Entidades de Psicologia, o Conselho Nacional de Educação forneceu seu parecer após o qual seria considerada a primeira versão das Diretrizes Curriculares

para os cursos de graduação em psicologia⁶. Nessa versão, a formação do psicólogo poderia ser feita sob três perfis: bacharel (o pesquisador), psicólogo (profissional da psicologia) e professor de psicologia, sendo que as agências formadoras deveriam oferecer ao menos duas delas. A formação do psicólogo a partir de perfis foi altamente criticada por segmentos de formadores e profissionais, já que sugeria uma fragmentação do saber e do fazer psicológicos.

Após várias tentativas de resolução dos impasses postos pelas divergências apontadas acima, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares⁷. Dela destacamos os seguintes princípios: *a) Construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia; b) Compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais; c) Reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico; d) Compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão.*

Esses princípios, construídos que foram ao longo de duas décadas de discussão, devem orientar a formação do psicólogo em todo o território nacional. Importa-nos destacar neles a necessidade de construção e desenvolvimento da ciência psicológica, a abertura para os múltiplos referenciais no entendimento dos fenômenos psicológicos e o reconhecimento de sua diversidade, além da compreensão do contexto histórico-cultural na constituição da subjetividade.

O percurso que fizemos até aqui foi para apresentar a nossa visão das transformações vividas na formação de graduação em psicologia. Se em 1992, quando da Carta de Serra Negra, tínhamos 103 cursos de formação de psicólogos no Brasil; em 2008, segundo Lisboa e Barbosa, eram 396 cursos de psicologia no território nacional⁸. Esse número coloca a formação do psicólogo como um grande desafio, principalmente quando se trata do cumprimento dos princípios que destacamos mais acima. Tal desafio se assume não só pela qualidade de ensino, mas principalmente pela dificuldade em se garantir a diversidade teórica e metodológica na formação deste profissional. É sabido que a formação se faz, sim, por meio de projetos pedagógicos consistentes, que orientem as práticas de ensino nos diferentes níveis de formação, mas é sabido, sobretudo, que um projeto pedagógico é efetivado por um conjunto de atores que o assumem como um ideário de formação sejam eles discentes, docentes ou instituição formadora.

Por certo a construção dessas políticas de formação de psicólogos foi conquista de década, como registrado por Lisboa e Barbosa⁸. Muitas dessas iniciativas ocorreram no âmbito da luta quotidiana, por alunos em sala de aula, por colegas docentes e por situações formais, como órgãos de representação da categoria profissional, científica ou estudantil.

O relato de uma experiência

Esboçamos a seguir algumas considerações acerca de nossa experiência em um curso de graduação do interior do estado de São Paulo. Neste curso, o ensino de Gestalt-terapia foi introduzido no início da década de 1980 como conteúdo programático da disciplina Teorias da Personalidade (prevista no Currículo Mínimo). À época, era oferecido um estágio optativo na abordagem centrada na pessoa e outro em psicodrama. O que era considerado uma liberdade curricular na constituição do currículo pleno da instituição na verdade atendia a um pequeno número de alunos. Em 1994 foi criada a disciplina Teorias Humanistas na qual os conteúdos referentes à fenomenologia, à Gestalt-terapia e à abordagem centrada na pessoa eram apresentados aos alunos com um caráter teórico e sem as decorrentes aplicações em estágios supervisionados.

A partir da primeira versão das Diretrizes Curriculares, em 2001, buscando atender à diversidade teórica, somada às repercussões da disciplina citada, o curso passou a oferecer três sistemas teóricos em iguais condições: teorias psicanalíticas, teorias humanistas e análise do comportamento, que usufruíam de mesma carga horária teórica e de atividades de laboratório que visavam ao exercício do método de cada um destes três sistemas. Um quarto sistema, teorias histórico-culturais, foi implementado com a mesma carga horária teórica, no entanto, sem as atividades laboratoriais.

A formação básica do psicólogo, assim organizada, possibilita uma fundamentação teórico-metodológica consistente para a prática profissional em psicologia. Sendo assim, os estágios em saúde também passaram a ser oferecidos nos três sistemas teóricos. Os estágios em teorias humanistas têm sido oferecidos na abordagem centrada na pessoa e em Gestalt-terapia e em diferentes campos, como saúde pública, hospital geral e clínica institucional.

Apresentamos aqui algumas reflexões acerca do ensino da Gestalt-terapia em práticas de estágio em saúde pública, em especial na rede de atenção primária à saúde, e de como estas práticas podem ser articuladas com a constituição da subjetividade; buscando, ainda, articular a concepção de saúde do sistema de saúde brasileiro e o da abordagem gestáltica.

Saúde, integralidade e Gestalt-terapia

Traçar considerações acerca da saúde sob o ponto de vista da abordagem gestáltica sempre poderá remeter-nos aos lugares mais diversos, uma vez que não se encontram na literatura elementos que a aproximem da definição naturalista ou organicista que normalmente se atribui ao tema. Perls, Hefferline e Goodman², ao se contraporem aos modelos biomédicos de psicoterapia, afirmaram que o problema de saúde/doença só pode ser compreendido na interação entre organismo e ambiente, ao que denominaram de “campo organismo/ambiente”. O campo interacional é que nos possibilitaria a experiência da saúde ou da doença, rompendo com a dicotomia posta pelas visões internalistas e externalistas.

Para compreendermos essa articulação não é suficiente determo-nos no indivíduo, em seus conflitos chamados **internos**: seus mecanismos neuróticos ou mecanismos de evitação do contato; não é suficiente, também, favorecermos o desenvolvimento de atitudes criativas para o contato, como se a não criatividade fosse a geradora de seu sofrimento ou de sua doença. Se saúde ou doença, sofrimento ou não sofrimento psíquico se constituem na articulação entre campo e indivíduo, é necessário que compreendamos também aquilo que se considera **externo**, ou seja, o próprio campo.

Ao partirmos da concepção de que a saúde se estabelece por meio do *contato bom* – entendido como a interação campo organismo/ambiente, que se dá por meio de respostas motoras e sensíveis – que é também *awareness*², é ilusório imaginarmos que basta o autoconhecimento, uma vez que a própria noção de contato já sugere o outro, seja um outro mais próximo ou as dimensões sociais. Em outras palavras, entende-se que, para além dos sentidos e da racionalidade que se possam desenvolver sobre si mesmos, a condição de saúde envolve o conhecimento do outro e da cultura na qual se vive. No entanto, vale destacar que da ideia de saúde mental não é possível isentar a de conflito, angústia e, conseqüentemente, a de sofrimento, uma vez que pelo próprio princípio homeostático não é possível conceber uma harmonia (equilíbrio) duradoura ou permanente. Ao se considerar o conceito de polaridade, temos que é próprio do humano o conflito, sem que isso implique doença ou saúde, mas processo.

Dando uma maior abrangência ao que se acabou de afirmar, não há como ignorar os interesses divergentes entre o indivíduo e a sociedade, que são, por exemplo, geradores de conflitos. Daí a contribuição da abordagem gestáltica: o desenvolvimento de *awareness* necessita ser ampliado para outras dimensões da existência, compreendendo o indivíduo no mundo, com suas tensões, conflitos e ajustamentos criativos, na busca de resoluções.

Esta perspectiva de saúde coaduna-se com a do Sistema Único de Saúde que em seu artigo terceiro reza que “a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País”⁴. Assim entendemos saúde, cujo conceito de integralidade faz-se um dos pilares do Sistema Único de Saúde. Segundo Campos, esta perspectiva prevê que, de forma articulada, sejam ofertadas ações de promoção da saúde, prevenção dos fatores de risco, assistência aos danos e reabilitação, segundo a dinâmica do processo saúde-doença⁹.

O olhar do profissional deve ser totalizante, compreendendo o sujeito de forma biopsicossocial. Assim, o conceito de integralidade seria caracterizado pela assistência que procura ir além da doença e do sofrimento manifesto, buscando-se alcançar as necessidades mais abrangentes dos sujeitos. Portanto, a abordagem do profissional de saúde não deve se restringir à assistência curativa, buscando, então, dimensionar fatores de risco à saúde e, como consequência, a execução de ações preventivas, como, por exemplo, da educação para a saúde.

As ações desenvolvidas pelos estagiários em Unidades Básicas de Saúde vão além da aplicação da teoria e dos métodos gestálticos. Elas envolvem uma compreensão multidisciplinar e multiprofissional sobre o sofrimento apresentado pelos usuários que recorrem ao serviço público de saúde. Uma compreensão mais abrangente do sofrimento envolve, por outro lado, ações também mais abrangentes que não apenas aquelas estipuladas pela prática clínica tradicional. As práticas reclamam por uma intervenção que envolve, dentre outras possíveis modalidades clínicas, o matriciamento com diferentes profissionais, em especial as Equipes de Saúde da Família, e a clínica ampliada, que envolve a atenção intersetorial, como, por exemplo, a educação, a assistência e a segurança.

A prática clínica vista dessa maneira corrobora a perspectiva de Marcuse, que no prefácio de *Eros e Civilização* diz que as categorias psicológicas transformaram-se em categorias políticas, rompendo com as fronteiras existentes entre psicologia, política e filosofia social. Diz ele que, sobre esse ponto de vista, o que se acredita ser particular, como as perturbações e os sofrimentos, é, antes de tudo, uma perturbação do todo. Dessa forma, qualquer tentativa de cura ou de amenização do sofrimento individual dependeria de uma cura do geral, ou seja, da sociedade¹⁰.

A visão de Perls³ aproxima-se da perspectiva de Marcuse ao afirmar que “as psicologias mais antigas descreviam a vida humana como um conflito

constante entre indivíduo e seu meio. Por outro lado, nós o vemos como uma interação entre os dois...” Tal afirmação destaca a perspectiva gestáltica da totalidade, na qual a cisão entre indivíduo e sociedade, ou entre mundo interno e mundo externo, coloca-se como mera abstração. Não se nega a existência de conflitos entre indivíduo e sociedade, uma vez que a própria noção de *polaridade* já os implica e aponta para a tensão entre os interesses individuais e os sociais; no entanto, afirma-se que essas tensões não são irreconciliáveis; são, antes de tudo, um movimento no campo que tende à integração e ao crescimento, dado pelo ajustamento criativo. Vale ressaltar que por *ajustamento criativo* não se entende a mera adaptação do indivíduo às condições socialmente dadas; pelo contrário, trata-se das constantes transformações vivenciadas e produzidas pelo indivíduo e pela sociedade.

Concluindo, afirmamos que o ensino da Gestalt-terapia nos cursos de graduação em psicologia não deve estar restrito ao modelo da clínica tradicional sobre a qual foi construído, mas deve almejar a sua vinculação com as políticas sociais e as tendências não corporativas das diferentes ciências e profissões.

Referências

1. Cruden RM. Uma breve história da cultura americana. Rio de Janeiro: Nórdica; 1994.
2. Perls F, Hefferline R, Goodman P. Gestalt-terapia. São Paulo: Summus; 1997.
3. Perls F. A Abordagem Gestáltica e testemunha ocular da terapia. São Paulo: Summus; 1981.
4. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, Lei nº 8080 (1990). Ministério da Saúde.
5. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, (1996).
6. Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia. CNE/CES 1.314/2001 (2001).
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Resolução nº 8 (2004).
8. Lisboa FS, Barbosa AJG. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicol Cienc Prof* 2009, 29(4) [acessado set 2011]. Available from: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000400006&lng=pt&nrm=iso

9. Campos CEA. O desafio da integralidade segundo as perspectivas da vigilância da saúde e da saúde da família. Saúde e Ciência Coletiva. 2003; 08(02).
10. Marcuse H. Eros e Civilização. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan; 1999.

Correspondência

Nilton Júlio de Faria
Rua Amador Bueno, 225, Apto. 73 T2,
Vila Industrial, CEP 13035-030
Campinas, SP, Brasil
nfaria@uol.com.br